



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 14/XI/1.ª

Aos cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e dez, pelas quinze horas e vinte minutos, reuniu, na Sala 7 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

14:00 Horas

1. Distribuição de iniciativas legislativas;
2. Apreciação e votação e votação dos Pareceres Sectoriais sobre a Proposta de Lei n.º 8/XI/1ª (GOV) - "Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Acção para 2010- 2013" e Proposta de Lei n.º 9/XI/ª (GOV) - "Orçamento do Estado para 2010":
 - Área da Administração Interna – Relator: Deputado António Gameiro (PS);
 - Área da Justiça – Relator: Deputado Carlos Peixoto (PSD);
 - Área da Igualdade – Relatora: Deputada Maria Manuela Augusto (PS);
3. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP para audição do Ministro da Administração Interna sobre a actividade e fiscalização das empresas de segurança privada;
4. Apreciação e votação do relatório intercalar da Petição nº 585/X/4ª - "Solicita a intervenção da Assembleia da República para que seja feita justiça na sequência do falecimento de um familiar após uma intervenção cirúrgica no Hospital Egas Moniz"
Relator: Deputado Luís Montenegro (PSD);
5. Outros assuntos;

14:30 Horas

Audição do Senhor Professor Doutor Pedro Carlos Silva Bacelar de Vasconcelos;
(No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 7/XI/1ª (GOV) - "Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo" - Requerida pelo Grupo Parlamentar do BE);

15:30 Horas

Audição do Senhor Professor Doutor Jorge Reis Novais;
(No âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 7/XI/1ª (GOV) - "Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo" - Requerida pelo Grupo Parlamentar do BE).

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Aberta a reunião, o Presidente da Comissão, Senhor Deputado Osvaldo de Castro, propôs que, devido ao atraso verificado no início da reunião em resultado do prolongamento da reunião da sessão plenária da manhã, fosse alterada a ordem de trabalhos no sentido de se proceder em primeiro lugar à audição dos Senhores Professores, e que esta fosse conjunta, o que foi aceite pelos Senhores Deputados.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Deram então entrada na sala os Senhores Professores Pedro Bacelar de Vasconcelos e Jorge Reis Novais, tendo o Senhor Presidente agradecido a disponibilidade demonstrada por ambos para serem ouvidos pela Comissão e por terem aceitado a sua audição conjunta.

O Senhor Professor Pedro Bacelar de Vasconcelos começou por fez uma intervenção acerca do objecto da audição logo seguida de uma intervenção do Senhor Professor Jorge Reis Novais sobre o mesmo assunto.

Seguidamente os Senhores Deputados José Moura Soeiro (BE), Teresa Morais (PSD), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), Miguel Vale de Almeida (PS) e João Oliveira (PCP) colocaram algumas questões aos Senhores Professores, que responderam.

As audições foram gravadas em áudio e vídeo, devendo, depois de transcritas, ser anexas à presente acta, dela passando a fazer parte integrante.

Passou-se então à segunda parte da reunião, tendo sido distribuídas as seguintes iniciativas europeias e designados os respectivos relatores:

- COM (2010) 15 - Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera a Decisão 2008/839/JAI relativa à migração do Sistema de Informação de Schengen (SIS 1+) para o Sistema de Informação de Schengen de segunda geração (SIS II) – Senhora Deputada Celeste Correia (PS);

- C (2010) 593 - DECISÃO DA COMISSÃO relativa a cláusulas contratuais-tipo aplicáveis à transferência de dados pessoais para subcontratantes estabelecidos em países terceiros nos termos da Directiva 95/46/CE do Parlamento Europeu e do Conselho – Senhor Deputado Jorge Bacelar Gouveia (PSD);

- PE-CONS 2/10 que é uma "Iniciativa de um Grupo de Estados-Membros tendo em vista a adopção de uma Directiva do PE e do Conselho relativa à decisão europeia de protecção" - Senhora Deputada Ana Catarina Mendonça Mendes (PS).

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) apresentou os pareceres sectoriais - área da Administração Interna - sobre a Proposta de Lei n.º 8/XI/1ª (GOV) - "Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Acção para 2010- 2013" e a Proposta de Lei n.º 9/XI/ª (GOV) - "Orçamento do Estado para 2010".



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) afirmou não poder concordar com o parecer porque a matéria referente à lei de programação das instalações e equipamento das forças de segurança não é tratada de forma exacta. Entende que, pelo facto de esta lei prever a transição de saldos e de se ter verificado no ano anterior uma taxa de execução de apenas 62%, os saldos dos dois anos anteriores deveriam ser acrescidos aos 85 milhões de euros inscritos na proposta de lei do Orçamento. No parecer não se dá a ideia exacta do enquadramento financeiro de que se deve revestir a aplicação desta lei, o que altera o juízo a acerca da proposta de lei do Orçamento.

Foi o parecer submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS/PP, a abstenção do BE e o voto contra do PCP, não estando presente o PEV.

O Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) apresentou os pareceres sectoriais - área da Justiça - sobre a Proposta de Lei n.º 8/XI/1ª (GOV) - "Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Acção para 2010- 2013" e a Proposta de Lei n.º 9/XI/ª (GOV) - "Orçamento do Estado para 2010".

Foi o parecer submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS/PP, a abstenção do BE e do PCP, não estando presente o PEV.

A Senhora Deputada Maria Manuela Augusto (PS) apresentou os pareceres sectoriais - área da igualdade - sobre a Proposta de Lei n.º 8/XI/1ª (GOV) - "Grandes Opções do Plano - Principais Linhas de Acção para 2010- 2013" e a Proposta de Lei n.º 9/XI/ª (GOV) - "Orçamento do Estado para 2010".

A Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) compreende as dúvidas que a relatora teve acerca do âmbito do objecto do parecer e entende que foram abordadas matérias que dificilmente poderão permitir a coincidência com as áreas dos membros do Governo a serem ouvidos.

Foi o parecer submetido a votação, tendo as partes I e III sido aprovadas com os votos a favor do PS, do PSD e do CDS/PP, a abstenção do BE e do PCP, não estando presente o PEV.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) declarou que a abstenção do BE nas três votações anteriores nada ter a ver com o trabalho dos relatores, mas sim com o facto de as conclusões dos pareceres fazerem, de algum modo, uma validação política das matérias do Orçamento.

O Senhor Presidente deu conhecimento de que o Senhor Deputado António Filipe (PCP) lhe comunicou que, em relação ao requerimento aprovado sobre discriminação em função do sexo pela empresa TAP, concorda com que Senhora Secretária de Estado da Igualdade seja ouvida sobre o assunto quando vier à Comissão, acompanhando o Senhor Ministro da Presidência, no âmbito da discussão do Orçamento de Estado.

De seguida o Senhor Deputado António Filipe (PCP) apresentou o requerimento para audição do Ministro da Administração Interna sobre a actividade e fiscalização das empresas de segurança privada.

Discutida a questão, o Senhor Deputado António Filipe (PCP) aceitou que o Senhor Ministro fosse ouvido após a discussão da proposta de lei do Orçamento de Estado, logo que se possa conciliar com a agenda da Comissão.

Submetido a votação, foi o requerimento aprovado com os votos a favor do PSD, do CDS/PP, do BE e do PCP a abstenção do PS, não estando presente o PEV.

O Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD) apresentou relatório intercalar da Petição n.º 585/X/4ª - "Solicita a intervenção da Assembleia da República para que seja feita justiça na sequência do falecimento de um familiar após uma intervenção cirúrgica no Hospital Egas Moniz".

Submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, não estando presente o PEV.

O Senhor Presidente deu então conta do ofício dirigido pela Plataforma Cidadania e Casamento a S.Exa o PAR, em 29 de Janeiro de 2010, na qual era solicitada uma audiência com o objectivo de apresentarem as suas preocupações relativamente à temática do casamento



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ente homossexuais. Em 10 de Fevereiro de 2010, S.Exa o PAR despachou no sentido de a audiência ser concedida por esta Comissão.

Seguiu-se um debate, no qual participaram a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) e os Senhores Deputados Luís Montenegro (PSD), António Filipe (PCP), Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP) e Filipe Neto Brandão (PS), no qual se ponderou o facto de esta associação já ter sido recebida pela Comissão, embora no âmbito da iniciativa popular de referendo, e de o despacho do PAR, dever ser cumprido.

Foi então submetida a votação a concessão da audiência, no dia 9 de Fevereiro de 2010, terça-feira, às 15 horas, tendo sido aprovada por com os votos a favor do PS, do PSD, do CDS/PP e do PCP e a abstenção do BE, não estando presente o PEV.

Seguidamente, o Senhor Presidente relatou as diligências efectuadas com o objectivo de encontrar uma data para audição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei nº 7/XI/1ª (GOV) - "Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo" - requerida pelo Grupo Parlamentar do BE).

Explicou que, logo após a provação da audição, contactou o Professor – por telefone e, depois, por escrito - e propôs-lhe três datas possíveis, que este rejeitou por não ter disponibilidade de agenda, ficando de tentar encontrar uma data que lhe conviesse. Finalmente, e depois de vários contactos com o seu secretariado, acabou por propor que a Comissão lhe enviasse questões por escrito às quais responderia do mesmo modo.

A Senhora Deputada Helena Pinto (BE) propôs que a audição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa fosse dispensada, pois entende que o tempo entretanto decorrido - três semanas - foi mais que suficiente para se encontrar uma data.

O Senhor Deputado Filipe Lobo d'Ávila (CDS/PP), por seu lado, propôs que fosse aceite a sugestão de fazer as perguntas por escrito, defendendo a importância de serem ouvidos constitucionalistas com opiniões diferentes, sem o que o processo legislativo seria parcial e não prestigiaria a Assembleia da República.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

O Senhor Deputado António Filipe (PCP) declarou não concordar com o depoimento escrito e o Senhor Deputado Miguel Vale de Almeida (PS) sustentou que seria uma humilhação para a Assembleia da República aceitar que existam cidadãos com o estatuto especial de "vedeta".

O Senhor Deputado Luís Montenegro (PSD) referiu que o que importa é fazer bem e não ter apenas como objectivo fazer depressa, pelo que se deveria reavaliar a situação.

O Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) concorda com a desnecessidade da audição.

Procedeu-se então à votação da proposta de dispensa da audição do Professor Marcelo Rebelo de Sousa, tendo sido aprovada com os votos a favor do PS, do BE e do PCP e contra do PSD e do CDS/PP, não estando presente o PEV.

Por proposta do Senhor Presidente, foi fixado para as 11h30m do dia 9 de Fevereiro de 2010, terça-feira, o limite para a entrega de propostas de alteração Proposta de Lei nº 7/XI/1ª (GOV) - "Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo".

A Senhora Deputada Teresa Morais (PSD) fez saber que o prazo fixado é muito curto e que a complexidade e implicações da matéria aconselhariam o seu alargamento.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às dezanove horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 17-03-2010



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Helena Pinto
Isabel Oneto
Luís Montenegro
Luís Pita Ameixa
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Miguel Macedo
Miguel Vale Almeida
Nuno Magalhães
Oswaldo de Castro
Ricardo Rodrigues
Teresa Morais
Catarina Marcelino
João Oliveira
Manuel Seabra
Marques Júnior

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Guilherme Silva
Hugo Velosa
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira